

Presença da Mulher Negra Jornalismo Baiano: Empoderamento e Representatividade¹

Harlene Teixeira da Cruz SILVA²

Vitória Maria da Silva SANTOS³

Daniela Costa RIBEIRO⁴

Faculdade Anísio Teixeira, Feira de Santana, BA

RESUMO

As dificuldades enfrentadas pelo negro território nacional é um problema histórico. Apesar de o Brasil ser a primeira nação do mundo, fora do continente africano a ter população afrodescendente, o racismo além de ser real, é perverso. Nesse sentido, essa pesquisa parte de um incômodo surgido no momento em que se nota uma baixa representação de jornalistas negras na Bahia. Levando em consideração os fatores históricos responsáveis pela construção da identidade nacional, pois além de ter que enfrentar o preconceito racial, pelo simples fato de serem negras, quando também é mulher e negra isso parece duplicar, assim como os desafios para a conquista dos direitos, bem como do espaço no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Baiano; Jornalistas Negras, Empoderamento; Mídia.

1. Introdução

Ser mulher, ser negra, ser jornalista. Eis um desafio a ser enfrentado por aquelas que decidem seguir uma carreira nos meios de comunicação. Quer seja pela falta de enquadramento nos padrões estéticos que são impostos e cobrados pela mídia, ou pela baixa oportunidade de acesso a uma formação educacional mais avançada, que a maioria das mulheres negras não tem. Com isso, a inserção neste campo de trabalho se torna ainda mais difícil, inclusive quando a mídia nacional, mesmo tendo a população brasileira composta majoritariamente por negros, não os retrata. E quando há a retratação do negro na mídia, não o retrata em situações cotidianas, muito menos positivas (FERRO, 2012).

Desta forma, o mesmo pode não encontrar forças para transpor as barreiras que são postas em sua frente, pois vê-se desacreditado por não ter referências, tampouco se enxerga como fator essencial na construção da identidade nacional, já que é isso que é

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de Junho a 1 de Julho de 2017.

² Aluna do curso de Comunicação Social da Faculdade Anísio Teixeira. Email:

³ Aluna do curso de Comunicação Social da Faculdade Anísio Teixeira. Email:

⁴ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da FAT, email: danielacouto@gmail.com

notado, se estivermos de acordo com os meios de comunicação. Conseqüentemente, a mulher negra se vê em maior desvantagem com tudo isso. Visto que a sua figura é sempre representada de maneira sexualizada, além de ser mostrada ocupando cargos de subserviência, ou seja, aqueles que não exijam um maior nível de escolaridade. Para o comunicólogo Marcelo Sabino Luiz:

“o preconceito contra a mulher negra sempre foi bem subterfugido, na mídia e sociedade, causa nelas um abalo psicológico, perante a sua situação nas relações enquanto cidadã ou pessoa, principalmente mediante ao mercado de trabalho” (LUIZ, 2013).

No que se refere ao jornalismo, a ausência da mulher negra, sobretudo nos telejornais, é evidente. E por mais contraditório que pareça, essa falta de negros no telejornalismo é notória também em território baiano, o estado com maior número de pessoas que se autodeclaram pretas, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010. Outro fato que atesta essa ausência negra é que quando se fala em mulher negra e jornalista, a primeira, e talvez a única, de grande referência que nos vêm à mente é a da jornalista Glória Maria, conhecida nacionalmente por seu trabalho na Rede Globo de Televisão. Isso não se deve apenas ao fato de ela ter sido a primeira repórter negra na TV brasileira, mas sim por ela ser uma exceção. Portanto, se há uma exceção, é porque existe uma regra, regra essa onde algumas poucas passam pelo gargalo (XAVIER, 2013).

Nesse sentido, para falar do tema em questão e buscar entender os fatores que desenham o atual cenário da baixa representatividade de jornalistas negras baianas, iniciamos traçando um paralelo entre a quantidade de negros que têm acesso ao ensino superior, bem como a quantidade que se dispõe a estudar comunicação e que consegue uma vaga no mercado de trabalho. Em seguida é tratado sobre empoderamento, palavra nova, mas de grande relevância nas pautas negras e finalizamos fazendo um levantamento da atuação de mulheres negras no jornalismo baiano, levando em consideração o espaço que essas ocupam.

1. O Jornalismo Negro: Formação e Atuação

A igualdade racial em território brasileiro foi declarada desde o ano de 1891, pouco depois da abolição escravatura. Mas será que isso de fato significou a equiparação total

entre as raças no território nacional? A realidade nos prova que não. Isso fica ainda mais evidente quando se refere à conquista de direitos civis, visto que o negro passou por 388 anos de exploração e quando essa chegou ao fim, nenhuma medida de inserção do negro na sociedade foi adotada. Ele foi lançado à própria sorte.

Segundo José Murilo de Carvalho, “foi à escravidão o fator mais negativo para a construção e desenvolvimento do conceito de cidadania no Brasil. A escravidão e a grande propriedade não constituíam ambiente favorável para a formação de futuros cidadãos” (XAVIER, 2013, p. 22). Essa desigualdade foi um dos fatores que desencadearam o processo de “branquitude”, onde no processo de construção da identidade racial brasileira, o branco é colocado como modelo a ser seguido, pois é composto por características que podem ser classificadas como perfeitas. Como afirma Bento,

Na descrição desse processo o branco pouco aparece, exceto como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos outros grupos raciais não brancos e, portanto, encarados como não tão humanos. Considerando (ou quiçá inventado) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (BENTO, 2002, p. 25 *Apud* XAVIER, 2013, p.24)

No tocante a superioridade econômica dos brancos, é inegável que esse fator está intrinsecamente ligado ao nível de educação. Como aponta o estudo feito pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), apenas a partir de 2003 que houve um crescimento significativo no número de estudantes que se autodeclararam pretos e pardos, nas universidades federais brasileiras.

Segundo o relatório, houve uma **mudança significativa na composição entre brancos, pardos e pretos**: brancos deixaram de ser quase 60% dos estudantes, em 2003, para serem pouco mais de 45% em 2014, enquanto o número de pardos nas faculdades federais subiu de 28% para 37,75% e os pretos cresceram de 5,90% para 9,82%. Juntos, estudantes pretos e pardos passaram de 34,20% do total para 47,57%, um aumento de mais de 10 pontos percentuais entre 2003 e 2014. (BELLONI, 2016)

Restringindo o impacto social no que se refere à formação acadêmica de jornalistas, numa análise realizada para a comprovação da ausência da diversidade racial nos telejornais brasileiros Claudia Rosa Acevedo e Luiz Valério de Paula Trindade, “percebe-se assim que a proporção de jovens afrodescendentes ingressando na carreira de jornalismo tem estado superior a 20% ao longo dos últimos quatro anos”. (ACEVEDO, 2011; TRINDADE, 2011, p. 94).

Contar com dados comprobatórios é de suma importância para a relevância da pesquisa, mas não se faz tão necessário, para que essa ausência de afrodescendentes seja notada nos telejornais brasileiros. Apesar de a proporção de negros em território nacional ser muito significativa, ainda não é possível identificar a ação de jornalistas afrodescendentes em telejornais, inclusive no que se refere à aparição, ou estar no comando de um telejornal. Segundo Acevedo e Trindade:

“a estética do telejornalismo brasileiro transmitido pelas principais emissoras de TV de sinal aberto (Cultura, SBT, Globo, Record, Rede- TV!, Gazeta e Bandeirantes) é formado predominantemente por jornalistas brancos e, conseqüentemente, constata-se existir pouca diversidade étnica nestes programas” (ACEVEDO; TRINDADE, 2011, p. 90)

Na mesma análise, concluiu-se que a presença de afrodescendentes nos telejornais brasileiros corresponde a uma porcentagem igual, ou inferior a 10%, comparada a predominância de profissionais brancos. Isso não se deve ao fato de esses não estarem nas academias, formando-se para jornalistas, mas ao fato de ocuparem em sua maioria funções que os obrigam a ficar por trás das câmeras (ACEVEDO, 2011; TRINDADE, 2011).

A revista *Imprensa* também se dispôs a analisar a presença de jornalistas negros no cenário nacional, incluindo as redações e concluiu que:

(...) a presença de jornalistas negros nas redações do país inteiro, cujos resultados foram publicados na edição número 165, de outubro de 2001, revelou que, das 230 redações que responderam ao questionamento, apenas 85, ou seja 36% contavam com jornalistas negros. O mesmo estudo revela que 57 negros ocupavam cargos de chefia do universo de 3.400, o que corresponde a 1,6% de negros tomando decisões nas redações do país. (FERRO, 2012, p. 81)

Um estudo realizado por Alexandre Bergamo, Jacques Mick e Samuel Lima, em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), no ano de 2012, objetivou traçar o perfil dos jornalistas brasileiros. Nesse contém as características demográficas, políticas e do trabalho.

No estudo em questão, uma pesquisa com margem de erro igual, ou inferior a 2% mostra que o quadro de jornalistas brasileiros é composto majoritariamente por mulheres brancas, solteiras e com até 30 anos. 64% são mulheres e 36% homens. No que se refere à raça, apenas 5% dos jornalistas brasileiros são negros, enquanto 18% são pardos, ou seja, apenas 23% dos jornalistas não são brancos. Sendo assim, o percentual de negros entre os jornalistas negros é inferior à metade da presença de pretos e pardos no Brasil.

2. Empoderamento Negro, Representatividade e Identidade

Nos últimos anos, com o aumento da visibilidade dos movimentos sociais, da voz, e uma maior presença dos negros nos meios de comunicação, graças aos avanços tecnológicos e o aumento de acesso à internet, uma palavra tem sido bem presente: o empoderamento. A história dos negros é marcada pela relação de poder, onde quem sempre domina é quem se encaixa nos padrões mundiais. E esse padrão tem uma cor de pele definida, a branca. Diante disso, ao pensarmos em liberdade, libertação, emancipação, estamos ligados ao conceito de *empowerment* ou em português empoderamento, dicotomizado em: individual e o coletivo (BAQUERO, 2012).

Baquero (2012) acrescenta que a complexidade ao falar de empoderamento no Brasil é ainda muito grande, isso está atrelado ao fato de não existir no dicionário brasileiro o termo e, sobretudo, pelas várias compreensões e sentidos que a palavra é usada. O empoderamento é indissociável do poder em vários aspectos visto que ele denota obtenção, alargamento e reforço. De forma geral, credita-se que o empoderamento pode ocorrer em três níveis diferentes: individual, organizacional e comunitário.

O autor ainda afirma que o nível individual diz respeito à análise psicológica, a maneira como o indivíduo se percebe e procura mecanismos para dar um novo tom a sua vida, essa tomada de decisões culmina no empoderamento da autoestima, autoafirmação e autoconfiança (BAQUERO, 2012). Nas questões raciais essa é de

extrema importância, sobretudo porque grande maioria dos negros tem a autoestima prejudicada e não se reconhecem como negros

Já o organizacional diz respeito à autonomia, delegação e participação dos colaboradores de uma organização, de forma que estes participem de forma mais ativa nas tomadas das decisões. O nível comunitário está ligado com a união de indivíduos desfavorecidos que procuram meios de proporcionar melhoras ao ambiente em que vivem “(...) buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do estado” (BAQUERO, 2012, p. 178)

Gohn (2004 *apud* BAQUERO, 2012) diz que o *empowerment* não tem um significado universal, podendo, desta forma, atingir grupos, comunidades, pessoas carentes, excluídos da sociedade, proporcionando meios que os impulsionem e que os promovam. A autora compreende duas formas distintas de entender o empoderamento, a primeira com um sujeito ativo, age sobre o objeto, a qual está atrelada a dar poder do outro, no qual os profissionais podem empoderar os demais. Dessa maneira quem está empoderando é o agente, é quem executa o empoderamento, visto que é uma relação em que indivíduo\grupo pode trazer empoderamento a outro indivíduo\grupo.

A outra maneira de compreender o empoderamento é quando o próprio indivíduo detém o controle da sua vida, torna-se empoderado. Já Leon (*apud* SARDENBERG, 2006) dialoga conosco quando afirma que o processo de empoderamento deve ser percebido de forma coletiva, todavia, somos construídos segundo a nossa sociedade, não vivemos sozinhos, o processo cuja pessoa consegue as coisas por si só é uma ilusão.

Mosedale (2005 *apud* SARDENBERG, 2006) diz que não há como uma pessoa empoderar a outra pois o empoderamento é um processo peculiar, particular e de autorreflexão, um agente externo pode facilitar o empoderamento, criar meios e mecanismos que facilitem essa tomada de poder. Contudo, o empoderamento é um processo e não há um estado absoluto. Ela ainda acrescenta que o fator central desse processo é o poder que existe em de quatro maneiras, poder sobre (quando uma pessoa exerce poder sobre a outra, é a relação poder x subordinação; poder de dentro (como o indivíduo se percebe, sua autoestima, autoconfiança) poder para (quando se conquista algo, mas de forma que não invade os direitos do outro, como por exemplo a ler); e poder com (relacionado com a solidariedade, com o bem coletivo).

Baquero (2012) discorre que, para Paulo Freire, o empoderamento não deve ser visto de forma individual, a liberdade é conquistada através da ação social da interação

com o outro, pois assim acontecem reflexões críticas acerca da realidade, ocasionado uma mudança nas relações sociais de poder.

O conceito empoderamento torna-se o fio condutor desta nova discussão sobre afirmação que ser o negro de ser um elemento negativo e se ressignifica na diáspora como impulsor do enfrentamento ao racismo. E no que se refere ao preconceito racial, a reprodução midiática de discursos estereotipados sobre homens e mulheres, negros e negras, bem como a valorização da cultura do branco como dominante, têm contribuído de forma incisiva para a formação de uma sociedade racista e intolerante. Além disso, impõem mais obstáculos para o reconhecimento e afirmação da identidade negra, tendo em vista que a imagem disseminada é quase sempre carregada de estigmas.

Dessa maneira, o empoderamento se faz necessário, não só para dar poder autoafirmação, mas fortalecer essa identidade tão negligenciada pelos preconceitos ao longo do tempo. Canen (2012) contribui quando diz que:

“Ao se pensar na identidade negra antes de mais nada, cabe pensar no conceito de identidade propriamente dito. Longe de pretender dar conta de todas as definições e abordagens que o termo comporta, bem como as diversas disciplinas e olhares que mergulham sobre seus possíveis significados, relaciono três premissas sobre a constituição da identidade, a partir do olhar do multiculturalismo crítico – movimento teórico e político voltado a valorização da pluralidade cultural e ao desafio a preconceitos a ela relacionados. Em primeiro lugar, a identidade é uma construção contínua sempre provisória e contingente, constituída e reconstituída nas relações sociais. Tal olhar supera uma visão essencialista, universalista, que tende a visualizar a identidade como uma essência biologicamente definida, independente dos significados construídos nas redes que lhe dão sustentação” (CANEN, 2006, p. 37).

Sobre a segunda premissa, Canen (2006) diz que está atrelada a um processo que envolve diversos “marcadores” como raça, etnia, religião, histórias de vida, classes sociais, cultura e outros que se adquirem múltiplas facetas em contextos singulares de significação. Já sobre a terceira ela pontua que:

“é a de que a sociedade é formada na pluralidade de identidades. Nesse sentido o currículo, enquanto envolvem discursos, que não só representam, mas constituem essas atividades estará necessariamente imbricado em relações de poder que instituem a seleção de conteúdos e formas discursivas consideradas

“oficiais”, “corretas”, mas que, na verdade, dão voz a certas identidades e silenciam outras, instituem “verdades” e legitimam certos discursos em detrimento de outro” (CANEN, 2006, p. 40).

Outro fator que compromete esse processo de empoderamento é a formação da identidade do Brasil que também teve suas bases instauradas no racismo e nos estigmas. A identidade negra, para Gomes, perpassa uma construção social, cultural e histórica, que traduz o olhar de um grupo racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as)” (GOMES, 2005, p. 43). Dessa maneira, o empoderamento se faz necessário, não só para dar poder autoafirmação, mas fortalecer essa identidade tão negligenciada pelos preconceitos ao longo do tempo.

Sendo o Jornalismo uma ferramenta que dá voz, e nada contra a corrente do capitalismo e serve de defensor de causas, por outro lado, o jornalista dá voz à parte de uma comunidade, a um grupo marginalizado. Segue a linha dos “denunciantes da corrupção” (KUNCZIK, 2002, p. 98).

O jornalista como mediador seria aquele que atua como intermediário entre o público e os acontecimentos, estando compromissado com o relato verdadeiro dos fatos e respeitando, desta maneira, as regras éticas e morais da profissão. Este perfil baseia-se no pressuposto de que “[...] a tarefa dos jornalistas é facilitar a mútua comunicação entre os diferentes grupos da sociedade” (KUNCZIK, 2002, p. 100)

3. A Presença da Mulher Negra no Jornalismo Baiano

Até o fim da década de 1980, o mercado de trabalho jornalístico foi um local exclusivamente voltado para o gênero masculino. Segundo relatos do jornalista brasileiro José Hamilton Ribeiro, as empresas jornalísticas em meados de 1930 não havia sequer um banheiro exclusivo para o público feminino. “No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço” (1998, apud CASADEI, 2011, p. 02).

A imagem da mulher como a serviçal dentro das redações começa a mudar lentamente a partir de 1986.

Em 1986, as mulheres já ocupavam 36% dos quadros profissionais do país e, dez anos mais tarde, esse número chegava a pouco mais de 40% (ROCHA, 2005). Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista eram ocupadas por mulheres (contabilizando 6.131 funções jornalísticas ante as 5.640 ocupadas por homens), mostrando uma tendência de uma maioria feminina no mercado de trabalho jornalístico. (CASADEI, 2011, p. 02)

A presença da mulher no mercado de trabalho e o seu empoderamento na sociedade acontecem, principalmente, devido aos movimentos em defesa desse gênero. Segundo Antunes:

o conceito de empoderamento, surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1970 juntamente com a bandeira do poder negro como uma forma de auto-valorização da raça e conquista da cidadania plena” (2002, apud Mageste; Melo; Ckagnazaroff, 2008, p.01)

mas a popularização do termo somente acontece em meados da década de 1980:

Os objetivos do empoderamento das mulheres são desafiar a ideologia patriarcal (dominação masculina e subordinação da mulher), transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade social (a família, a raça, a classe, a religião, os processos educativos, as instituições, os sistemas, as práticas de saúde, as leis e os códigos civis e os processos políticos) e capacitar as mulheres pobres para que tenham acesso e controle da informação e dos recursos materiais. (Batliwala, 1997 apud Mageste; Melo; Ckagnazaroff, 2008, p.01)

Na Bahia, onde metade da população é afrodescendente, as jornalistas negras, apesar das dificuldades que enfrentam quanto a questões sobre o preconceito racial e de gênero, têm garantido seu espaço nesse mercado principalmente com a ajuda das mídias sociais. Podemos utilizar como exemplo o caso da jornalista baiana Maíra Azevedo, que realiza diversas publicações para o jornal A Tarde, e jornal Massa! (veículos de comunicação do Grupo A Tarde em Salvador) onde é colunista. Dentre suas matérias assuntos relacionados às questões raciais, do mundo feminino e sobre a cultura negra.

Porém, Maíra Azevedo só se tornou um sucesso entre as mulheres quando decidiu publicar suas opiniões acerca de diversos assuntos do universo feminino na rede social Youtube, nascia então a personagem “Tia Má”, uma mulher despojada que fala de tudo, sexo, machismo, homofobia, empoderamento, sempre com uma boa dose de humor, com sotaque e gírias locais. A página oficial no Facebook já chega a mais de 90 mil curtidas. Sua popularidade foi tamanha que a jornalista foi citada na lista das 25 negras mais influentes da internet, segundo o Blogueiras Negras ⁵(site voltado para o público negro feminino), estando ao lado de nomes como a Yalorixá Mãe Stella de Oxóssi.

Para o público feminino, em especial a mulher negra, a chance de trabalhar como repórter nas grandes redações, mesmo com mudanças de paradigma ao longo dos anos, foi e ainda é um desafio. Os veículos de comunicação alternativos ainda são o meio mais acessível para que possam divulgar suas ideias, suas ideologias. Porém, mudanças de pensamento quanto ao sexismo e as questões raciais poderão mudar a atual realidade da mulher negra nesse mercado.

4. Considerações Finais

Durante a elaboração desse artigo percebemos que são muito latentes os preconceitos, estigmas e padrões impostos pela sociedade dentro do mercado de trabalho. Segundo Soares (2000 *apud* MARCONDES *et. al*, 2013, p. 57), “As mulheres negras arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero”. Isso também se vivifica no jornalismo quando há uma discrepância já na academia, onde muitos alunos entram na faculdade e poucos se formam.

Outro aspecto que o preconceito se corporifica é quando temos um corpo de jornalistas onde a maioria é branca. Essa ausência compromete o empoderamento negro, a representatividade e a construção de identidade. Um exemplo disso é quando temos ausência de pautas que tratam sobre essa temática, ou quando faladas, adquirem um discurso que vai de encontro com os verdadeiros valores. E a consequência é reafirmar ainda mais, as entrelinhas pejorativas.

Há a necessidade de um jornalismo que lute mais pelas causas sociais, das chamadas minorias, mesmo que isso fuja um pouco da lógica de enxergar a informação

⁵ Blogueirasnegras.org

como mercadoria, e assumir o papel de mediar um discurso que exige conhecimento específico sobre o tema, para saber lidar da forma correta. Essa postura, além de proporcionar mais oportunidades para os profissionais que são excluídos do mercado em detrimento de um fenótipo, estaria a contribuir para a formação de uma sociedade não só empoderada, mas com as bases de sua identidade bem estabelecidas.

Quanto à mulher negra, apesar de ainda haver discriminação a esse público, aos poucos tem deixado de lado o papel de vítima passando a se valorizar por suas diferenças e características femininas. A mulher deve ter o direito, tanto quanto o homem, independente de sua etnia, de estar no mercado de trabalho em uma posição que a valorize.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Blogueiras Negras. **25 negras mais influentes da web 2015 #25webnegras**. Disponível em: < <http://goo.gl/hKxnKs> > Acesso em 20 de agosto de 2016.

ACEVEDO, Claudia Rosa; TRINDADE, Luiz Valério de Paula. **Análise de ausência de diversidade étnica nos telejornais brasileiros**. Disponível em < <http://goo.gl/dwi32t> > Acessado em 05 de maio de 2016.

BAQUERO, Rute. **Empoderamento: questões conceituais e metodológicas**. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, maio-ago. 2006.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. **Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em:< <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

BELLONI, Luiza. **Cresce índice de alunos negros e de baixa renda nas faculdades federais, diz pesquisa**. Disponível em < <http://goo.gl/VvxtmG>> Acessado em 20 de agosto de 2016.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no país.** Disponível em <<http://goo.gl/F4TNn5>> Acessado em 22 de agosto de 2016.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (orgs) **Mídia e Racismo.** Petrópolis, RJ: DP. et Alii; Brasília, DF: APBN, 2012. 248p. (Negras e Negros: Pesquisa e Debates).

CANEN, Ana. 2006. **Multiculturalismo e identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar.** In: *Cadernos PENESB*. Rio de Janeiro/Niterói, v. 6. p. 35-47.

CASADEI, Eliza Bachega. **A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX.** In: Revista Alterjor, São Paulo: Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), v. 1 n. 2. 2011.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações.** Belo Horizonte: EnEO, 2008.

MARCONDES, Maria Mazzini *et. al.* **Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília : Ipea, 2013.

GOMES, H. T. **As marcas da escravidão.** Editora da UERJ/EDUERJ, Rio de Janeiro, 1994.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro**. In: SANTOS, Sales Augusto dos, (Org.). *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 4, n. 1, p. 53-77, dez. 2002. Disponível em: Acesso em: 23 ago. 2016.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação**. São Paulo: Ed.USP, 1997.

LUIZ, Marcelo Sabino. **A Mulher Negra no Mercado de Trabalho**. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-a-pseudoequidade-marcada-pela-discriminacao-da-sociedade-e-a-midia-no-seculo-21/#gs.x5iqBn4>>. Acessado em 12 de Agosto de 2016.

MACHADO, Priscila. **Bahia apresenta maior número de negros**. Disponível em <<http://goo.gl/UyIIm6>> Acessado em 23 de agosto de 2016.

PORTUGAL, Selma. **Jornalista está entre as blogueiras negras mais influentes**. A Tarde, Salvador, 30 Dez. 2015. Disponível em: < <http://goo.gl/I8i2qr> > Acesso em 20 de agosto 2016.

SARDENBERG, Cecília M.B. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. Disponível em: Acesso em: 23 ago. 2016.

XAVIER, Julliana Lopes Bento. **A imprensa negra e as Comissões de Jornalistas pel Igualdade Racial: O combate ao racismo nos meios de comunicação**. Disponível em <<http://goo.gl/ZaBMBI>> Acessado em 11 de agosto de 2016.